

## A APROPRIAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DA POLÍTICA URBANA PELOS TRABALHADORES SOCIAIS

ABDELHAFID HAMMOUCHE\*

### RESUMO

O artigo analisa os diferentes usos e apropriações de políticas urbanas, em cidades da França, por agentes que trabalham diretamente em localidades delimitadas. Focaliza a maneira como tais agentes, designados como trabalhadores sociais, organizam suas práticas sob delegação dos poderes públicos, com o objetivo de acionar programas de acompanhamento e disciplina de jovens em internatos ou em meio aberto, especificamente no interior da família.

### ABSTRACT

The article analyses the different uses and appropriations of urban politics, in French cities, by agents that work in designated localities. Its focuses on how such agents, named social workers, organize their practices under the delegation of public authorities, with the objective of operating and supervising discipline programs among the youth, in orphanages or in an open milieu, specifically, within the family.

\* Professor da Université Lumière, Lyon 2 – Modys – CNRS.

A implementação de uma política urbana nos bairros definidos como alvo de intervenção<sup>1</sup> engendra, desde os primeiros procedimentos a ela relacionados, um processo de desestabilização de práticas profissionais e voluntárias, efetivadas por um expressivo número de agentes sociais. Estes últimos, responsáveis por alojamentos e habitações sociais, trabalhadores sociais, associações, serviços públicos, são, com efeito, na maior parte das vezes, em sua prática profissional, levados a modificar, mais ou menos fortemente, seus métodos de ação.

Essa política pública se definiu, ao longo dos anos, por uma sucessão de delimitações de espaços urbanos e medidas elaboradas para agir sobre as condições de moradia, a inserção social das populações e os territórios definidos como alvo de intervenção. Ela se caracterizou por um conjunto de procedimentos, dentre eles, os atuais *Contrats de Ville*<sup>2</sup> que configuram as intervenções nos subúrbios, a partir das quais nascem dispositivos, decorrentes de temas implantados pela política urbana (“desenvolvimento social”, a “proximidade”...). Os princípios de intervenção reconhecidos publicamente como política para a cidade (a abordagem global ou “transversal” e o incentivo para trabalhar em “parceria” numa perspectiva “interministerial” ou “intersectorial”) se traduzem por uma profusão de dispositivos. Estes, como o “projeto piloto” dos *Contrats de Ville* ou o CLS (*Contrato Local de Segurança*), constituem sistemas de relações e de ações decorrentes dos textos que enquadram a ação pública e visam melhor coerência de atividades entre os agentes sociais.

Atingir esse objetivo implica que os agentes responsáveis por esses dispositivos tenham se apropriado não apenas das modalidades de funcionamento, mas, também, dos princípios que os inspiraram. Tal apropriação tem importância estratégica para que sejam produzidos os efeitos esperados do trabalho social. Ora, podemos supor que existem diferentes posições entre os trabalhadores sociais em relação a tais dispositivos: reservados ou mais engajados, dependendo das estratégias institucionais e das posturas adotadas por aqueles a quem representam.<sup>3</sup> Isto pode ser observado nos dispositivos que funcionam de maneiras extremamente diferentes, a depender do local considerado.<sup>4</sup>

Este artigo pretende contribuir para o esclarecimento dessas apropriações. Trata-se, mais precisamente, de focalizar os agentes que trabalham diretamente nas localidades delimitadas, para refletir sobre os usos e, portanto, sobre a maneira como esses agentes põem em funcionamento os dispositivos. O interesse maior recai sobre os trabalhadores sociais, tais como os animadores(as), educadores(as), ou assistentes sociais, assalariados, pertencentes às instituições e associações coletivas, como centros sociais ou associações que agem sob delegação dos poderes públicos (*Salvaguarda da Infância*<sup>5</sup>). A maior parte daqueles que participam dos dispositivos age no que se convencionou denominar de “meio aberto”, e efetua uma parte mais ou menos significativa de sua tarefa fora de seu estabelecimento, quer dizer, nos bairros de “jovens”, ou mesmo no seio de famílias. Opõe-se àqueles do “internato”, que tra-

balham em estabelecimentos, acolhendo populações em dificuldades (sociais, psicológicas, físicas...).

Animadores e educadores ocupam-se de atividades esportivas ou culturais para crianças, adolescentes ou adultos. Educadores e assistentes sociais estabelecem relações com os “jovens” ou com as famílias, segundo o quadro administrativo ou jurídico do qual fazem parte e, no caso dos assistentes sociais, podem proporcionar ou facilitar a obtenção de acesso a programas sociais. Para aqueles que atuam no “meio aberto” a implementação de uma política urbana pode ser acompanhada por um processo de redefinição de práticas, em sentido amplo, no que diz respeito às competências e às maneiras de agir e intervir. Essas redefinições podem permanecer parcialmente formais ou, ao contrário, engendrar modificações nas intervenções<sup>6</sup>. As relações com os dispositivos aparecem como possíveis índices dessas eventuais redefinições e permitem questionar, mais particularmente, as mudanças nas práticas dos trabalhadores sociais no conjunto das políticas da cidade.

Neste artigo, esse processo será considerado em termos de mudança de referencial setorial ou, ao menos, em termos de um ajustamento daquele referencial que prevalece no setor do trabalho social, a partir dos anos 1970. Elaborado por Pierre Muller para analisar as políticas públicas, o conceito de “referencial” permite analisar os contextos cognitivos e normativos da ação pública – como, por exemplo, o de “modernização”, mobilizado para incentivar as mudanças relativas à agricultura nos anos 1960, na França. No caso da agricultura, na França, a “modernização” do setor foi pensada como o estabelecimento de relações flexíveis entre aqueles que definem ou agem tendo como referência essa concepção ou esse objetivo comum. Nesse contexto teórico, as mudanças que estão ocorrendo em um setor particular não se limitam somente a ele e são condicionadas, de algum modo, por aquelas que podem ser relacionadas ao referencial global. A relação entre global e setorial não será discutida neste artigo, pois nos limitaremos a refletir sobre o referencial setorial.<sup>7</sup>

Pensar o setor do trabalho social em termos de “referencial” oferece a possibilidade de não nos atermos apenas às intervenções tais como elas se dão e de ampliar a argumentação, procurando questionar

as mudanças, considerando o “todo” que constitui as representações mais ou menos compartilhadas, e comuns aos trabalhadores sociais. Essas representações constituem uma espécie de “cultura” com um conjunto de referências que assume sentido em uma dada conjuntura e resiste mais ou menos às mudanças de contexto. Assim, podemos falar de indivíduo liberado quando, a partir dos anos 1970, a relação de ajuda do trabalhador social passa a ser concebida com a intenção de favorecer a autonomização como referencial setorial, para as diferentes atuações dos trabalhadores sociais.

A partir dos anos 1980, e mais acentuadamente nos anos 1990, o referencial que tende a se impor será aquele de um “indivíduo situado”. Em tal modelo, o primado do indivíduo-sujeito não é abandonado, mas, devido aos efeitos de uma racionalização instrumental engendrada por dispositivos, se encontra mais claramente contextualizado em uma inscrição mais afirmativa do indivíduo (em situação) em um meio ambiente social, do que pela articulação da intervenção do trabalhador social com aquelas de outros atores. Com tal abordagem conceitual, a análise não fica reduzida apenas à interação e podemos considerar a concepção dos princípios da ação e o objetivo a ser alcançado pelos atores.<sup>8</sup>

A hipótese é que os trabalhadores sociais têm uma participação mais ou menos pontual nos dispositivos, apesar de questionarem o referencial. Temos, portanto, duas dimensões de apropriação dos dispositivos a serem discutidas: por um lado, seu uso tático pelos trabalhadores sociais, particularmente para produzir novos suportes de intervenção; por outro, o questionamento do referencial revelado por esses usos. Na primeira parte deste artigo, ilustra-se a pluralidade de utilizações dos dispositivos, a partir dos propostos pelos chefes de projetos; depois, os propostos pelos trabalhadores sociais, para uma apresentação mais ampla de um dispositivo, mostrando a busca por apoios e alianças. Na segunda parte, propõe-se uma análise diacrônica, ressaltando as mudanças do trabalho social, desde o seu reconhecimento nos anos 1970, até a configuração que assume, atualmente, no contexto da política urbana, analisando a evolução mais geral das práticas que se inscrevem no processo de racionalização da ação.<sup>9</sup>

## UMA PLURALIDADE DE USOS DOS DISPOSITIVOS

As relações dos trabalhadores sociais com os dispositivos no contexto da política urbana se manifestam, de acordo com as intenções dos chefes de projeto e dos trabalhadores sociais, de maneiras muito diversas. Entre os chefes de projetos ou os agentes de desenvolvimento social encontrados, muitos são, inclusive, profissionais do trabalho social, como os educadores, os assistentes sociais ou os animadores. De acordo com os bairros e as fases de implementação dos procedimentos, as relações entre os trabalhadores sociais, agentes de desenvolvimento social ou chefes de projeto podem ser mais ou menos próximas e com a passagem, algumas vezes, dos primeiros para funções relacionadas aos dispositivos.<sup>10</sup>

A função ocupada por aqueles que falam, esclarece, em parte, seus propósitos. Existem os que ocupam postos considerados clássicos em seus respectivos setores – trabalhadores sociais oriundos de formações como educador especializado, animador ou assistente social; chefe de projeto e/ou agente de desenvolvimento social com formação universitária – e aqueles que nestes últimos vinte anos ocuparam funções diversas, mas relacionadas com o trabalho social, antes de integrarem as equipes MOUS (MOUS – *Maitrise d'Oeuvre Urbaine et Sociale*, ou seja, Grupo de Obra Urbana e Social). Para esses grupos, os posicionamentos foram construídos ao longo do tempo e alguns perceberam o novo contexto gerado pela política da cidade como uma oportunidade, enquanto outros, ou os mesmos em outros momentos, foram submetidos a elas. A implementação dos dispositivos, a maneira como foram efetivados ou as dificuldades encontradas para efetivá-los, assim como as concepções dos chefes de projeto ou dos agentes de desenvolvimento não têm a mesma natureza, se considerarmos diferentes dispositivos e diferentes períodos, como veremos nos exemplos a seguir.

Assim, no primeiro exemplo, a participação dos trabalhadores sociais nas ações engendradas pelos dispositivos apresenta a questão da definição dos públicos e, implicitamente, o questionamento de suas concepções em um bairro de Lyon, em 2005. Nesse bairro o emprego constituía o fundamento mais visível do dispositivo.<sup>11</sup>

Esse dispositivo envolvia os seguintes atores sociais: a Casa do Emprego, da Formação e do Desenvolvimento, a Missão Local, a equipe especializada de prevenção, os assistentes sociais do Conselho Geral, a administração do bairro, o Abrigo Protestante.

Segundo o chefe de projeto, em 2005, antigo trabalhador social, as dificuldades institucionais apareceram rapidamente com os trabalhadores sociais empregados pelo Conselho Geral que “se fecham em uma lógica de guichê – [porque] querem se ocupar [apenas] de tais categorias, ponto. O resto não lhes interessa [...]”.

As dificuldades se multiplicaram quando a cidade solicitou aos chefes de projeto “focar [...] [nas] famílias para agir de modo mais preciso [...] [o que] foi claramente recusado pelos trabalhadores sociais”. Eles invocaram o “respeito ao anonimato” e o medo de “uma instrumentalização” [do dispositivo] para justificar sua recusa<sup>12</sup>.

O chefe de projeto enfatiza, para marcar melhor a diferença entre os posicionamentos institucionais, a atitude das associações criadas mais recentemente. Ele privilegia a “abertura” de “associações de menos de dez anos [que] são mais dinâmicas que os centros sociais [...] [têm] mais força para fazer propostas sem se apropriar de um público [específico] [...] Elas são menos marcadas [pelas divisões] que os outros [atores]”. Além dessas segmentações, ele invoca a “cultura do trabalho social” como uma dificuldade que provocaria uma “falta de flexibilidade [...] em relação às trajetórias [formações e competências]”. Refere-se a uma ação relacionada à “gestão social urbana participativa” que envolveu pessoas que trabalhavam com alojamentos sociais, serviços prestados pela cidade e a comunidade urbana em torno de questões sobre a proximidade dos espaços públicos da cidade e a administração das vias públicas. De acordo com sua avaliação, não “suscitou nenhum interesse dos trabalhadores sociais, com exceção daqueles ligados à Casa da Infância”, que participaram de uma reflexão sobre a sinalização urbana.

As dificuldades relatadas pelo chefe de projeto fazem com que os trabalhadores sociais se lembrem das que ocorreram desde os primeiros procedimentos e da desestabilização ou do que chamam “provações” engendrados por eles<sup>13</sup>. Essas novas configurações,

através das quais são impostas novas referências (notadamente o “território”) e os novos métodos de intervenção (com os “parceiros”, a partir de “diagnósticos partilhados”...) foram, como se diz, percebidos como oportunidades ou como uma desconsideração dos métodos até então adotados. Isto porque as ações qualificadas de “clássicas” são desvalorizadas por certos agentes da política urbana, como é o caso desse chefe de projeto que, paralelamente, as considera em termos de uma “abertura” das associações. As dificuldades são aparentemente menores quando se trata de conceber as ações relacionadas à habitação. É o caso do dispositivo que diz respeito ao “realojamento”. Temos, diz ele,

*(...) um observatório de demandas por habitação com uma comissão que avalia as situações prioritárias – urgências, precariedades, divórcios – na qual os assistentes sociais apresentam e defendem a demanda [...] Há a MDR, o CCAS, as diferentes associações (CCLAJ, ALPIL), o Serviço de Habitação da Cidade de Lyon, o chefe do projeto. É mais construtivo, talvez, porque é mais palpável [...] Há também uma comissão de vigilância imobiliária, no imóvel, para tratar dos problemas de vizinhança, ocupação e degradação. A primeira atribuição é o acesso; lá [com a vigilância imobiliária] existem mais informações (...).*

Esse primeiro chefe de projeto se refere à “segmentação” ou à “cultura do trabalho social”, que se constitui, a seus olhos, em obstáculo às novas maneiras de intervenção. Para ele, os trabalhadores sociais são percebidos como reticentes aos novos métodos. Entretanto, outros agentes envolvidos nos dispositivos têm uma opinião menos veemente sobre o enunciado. Nos seus enunciados, os posicionamentos em relação aos dispositivos aparecem mais nuançados, o que torna necessário são alguns arranjos, como aponta o agente desse exemplo.

Este último, atualmente (em 2006), trabalhador social “agente territorial” em uma cidade da Grande Lyon, enfatiza as relações estreitas entre trabalho

social, política da cidade e vida associativa local. O primeiro dispositivo que ele relembra data de 1997 e diz respeito à “prevenção e à segurança”. Segundo ele, “é o primeiro CLS (Contrato Local de Segurança), que vem após um dispositivo em que se debatiam “questões de animação [com Cidade, Vida, Férias (*Ville, Vie, Vacances* – V.V.V.)], e de prevenção da delinquência”. As dificuldades relativas ao anonimato, também nesse caso, provocaram uma ruptura entre os educadores. Essa dificuldade, “o respeito ao anonimato e a adesão dos jovens à prevenção especializada, foi contornada de maneira separada em reuniões informais [...] Os educadores não participavam do projeto piloto, era alguém do Conselho Geral que os representava. Eles estavam nas comissões”. Para ele, o dispositivo “no começo era [para] obter financiamento [...] agora há uma cultura de parceria”.

As evoluções relativas aos posicionamentos decorrem, sem dúvida, do tempo tomado para a implementação e a adaptação do dispositivo, da antiguidade das relações entre os agentes, da orientação institucional, mas também do estatuto do trabalhador social. Esse último exemplo, especialmente no que diz respeito à questão do anonimato, demonstra muito bem essa situação. Os educadores de “rua”, para fazer prevalecer as regras, se apóiam na hierarquia do Conselho Geral. O estatuto do trabalhador social condiciona a atitude, em relação às mudanças induzidas pelos dispositivos. É preciso lembrar que todos os trabalhadores sociais têm o mesmo estatuto. Grande parte dos assistentes sociais e educadores são funcionários dos conselhos gerais. Outros são empregados pelas *comunas* ou são assalariados – em CDI para os educadores e animadores formados ou em CDD, especialmente para os “pequenos trabalhos” gerados nesses últimos anos pela multiplicação da atividade de animação. Outros são empregados por associações mais ou menos relacionadas com as cidades, ou redes nacionais (como a Salvaguarda da Infância).

Os exemplos precedentes mostram alguns pontos de tensão e usos diferenciados dos dispositivos com um aprendizado, por parte dos trabalhadores sociais, se consideramos as concepções expressas pelos chefes de projeto. Os enunciados dos trabalhadores sociais sobre os dispositivos ilustram igualmente a diversidade e a evolução dos posicionamentos adotados ao longo do tempo<sup>14</sup>.

O mais comum, entretanto, são aqueles que parecem adotar uma posição de “resistência”, enquanto outros utilizam os procedimentos e dispositivos também como oportunidades<sup>15</sup>.

Em certas situações, as relações com os dispositivos parecem estabelecidas de modo mais claro. Isto ocorre quando o dispositivo está relacionado a um suporte educativo como a concepção e implementação de ação considerada “inovadora”. Certas ações concebidas em “dispositivo” são particularmente esclarecedoras da maneira como a política urbana engendra recomposições de práticas e relações. São, portanto, as relações entre os profissionais do trabalho social, o chefe do projeto do *Contrat de Ville* e voluntários (a exemplo dos “pais”), mas, também, os “fundamentos” do trabalho social que às vezes se encontram em jogo. Grande parte das ações poderia ilustrar no âmbito econômico com os administradores de bairros, ou ações em torno da habitação com a “gestão da proximidade”, mas o exemplo do projeto “Memória dos pais, identidade dos jovens” (em um bairro de Saint Etienne, 1999-2004), por dizer respeito, mais claramente, ao aspecto “educativo” e ao princípio do trabalho social permite apreender a “ampliação” do uso dos dispositivos, equivalente a uma tentativa de renovar a ação social<sup>16</sup>.

A ampliação dos domínios da ação a partir do princípio da recomposição das práticas: “Memória dos pais, identidade dos jovens”

O projeto de ação “Memória dos pais, identidade dos jovens”, objeto de minha análise, foi iniciado pela *Maison de Quartier*, em 1998, e era voltado para os pais. Tratava-se de constituir um grupo de discussão com aproximadamente quinze homens (alguns participando da fase de elaboração), em torno do tema “memória dos pais e identidade dos jovens”. No começo, o grupo devia ser aberto aos pais para, em seguida, incluir os jovens, tendo como objetivo final organizar uma exposição para valorizar as culturas “de origem”, no que diz respeito aos imigrantes e, “para todos”, o passado industrial do bairro, reconstruindo uma “memória” coletiva.

O surgimento dessa ação estava, sem dúvida, relacionado às dificuldades enfrentadas no bairro pelos trabalhadores sociais, especificamente o fechamento de um centro social, em 1996, e a vontade da cidade

de fazer com que este “retomasse” suas atividades. As formas para “reabrir” este centro e retomar as atividades ainda não estavam definidas nesse momento, apesar de já se afirmar uma vontade de valorização da “memória”<sup>17</sup> do bairro (englobando o Marais, que precede espacialmente e também historicamente o de Montreynaud onde se desenvolve a ação), com as manifestações iniciadas desde os anos 1980, por uma Associação denominada *Vitrine do Bairro*.

O projeto de ação “Memória dos pais, identidade dos jovens”, constitui, de certo modo, o que é denominado coração de um dispositivo, ou seja, o ponto central que tem implicações na reflexão do conjunto dos trabalhadores sociais, na equipe *MOUS* e nas associações do bairro. Outras iniciativas foram reinterpretadas, após este projeto de ação, pelos próprios atores, como outras tantas formas que o antecipavam: por exemplo, as ações de uma Associação que propunha atividades às famílias, mas também ajudava em relação a seus direitos; da própria *Vitrine do Bairro* (cujo objetivo era recolher diversos elementos para reconstituir a história do bairro); e a refundação da Associação *Ensemble Forum*.

Nesse contexto, a relação com os jovens é mais freqüentemente considerada uma “provação”. Na visão destes, a função dos agentes não parece clara e, na maioria das vezes, as relações com eles, em Montreynaud como em muitos bairros, são marcadas pelo ceticismo e até mesmo pela rejeição e pela violência. A instauração de relações menos tensas parece ser sempre um dos objetivos desse projeto, além dos que são explicitados. Com os pais como aliados, sem dúvida com a esperança de atenuar as tensões por este viés, mas também como um tipo de relação que deixa um grande espaço para o informal e evita, desde o princípio, a formalização e os conflitos que surgem nas instituições.

Pode-se interpretar nesse sentido – o da busca de um apaziguamento – um “deslocamento” semântico, entre a palavra “filhos” (como sugere o título do projeto, com a referência ao “pai”), e a palavra “jovem”, efetivamente utilizada. Esse deslocamento nos leva a pensar que se trata muito mais de estabelecer uma “filiação social” com a ajuda dos pais, mobilizados na condição de intermediários, alguns “inativos” (aposentados ou desempregados), e cuja inserção na

vida do bairro deveria contribuir para “incentivar” os jovens<sup>18</sup>.

Por meio dessa ação procurou-se “reconfigurar” a oferta de animação em Montreynaud como já havia sido feito em outros bairros de Saint-Etienne, pois até então, a oferta de ações dizia respeito apenas às crianças e aos adolescentes, deixando em suspense a questão dos jovens adultos, aqueles que se encontram na faixa etária “entre 18 e 25 anos”. O interesse pelos pais e pela memória está relacionado a interpretações concernentes a ações realizadas em diferentes cidades da França, especialmente para “incluir os pais adultos”. Havia, ainda, ações empreendidas por participantes desse dispositivo no próprio bairro ou na região como as da “ZEP (Zona de Educação Prioritária), que permitiam que nas aulas para os aposentados da siderurgia” ou nos “ateliês da Terceira Idade” do bairro aparecesse a memória dos mineiros sobre fatos da região. Os pais eram “percebidos, então”, como parentes que não se beneficiavam da oferta de atividade em referência e oposição às mães e, ao mesmo tempo, como intermediários na faixa etária dos jovens entre 18 e 25 anos.

É a instauração de uma relação contínua e informal com os “pais” que parece ser o objetivo desse projeto de ação. A relação assume sentido com a perspectiva de abertura de uma nova associação, o *Ensemble Fórum*, na qual está prevista uma sala reservada aos pais. Essa sala, inicialmente denominada P. A. R. I. (Ponto de Acolhimento e Reencontros Intergeracionais), antes de se tornar P. A. I. R. (Ponto de Acolhimento Intergeracional e de Reuniões), faz parte do *Ensemble Forum*, inaugurado em janeiro de 2002. Desde a primavera de 2002, os “pais” frequentavam esse espaço para conversar ou jogar cartas. A sala permanece aberta para eles, desde o meio dia até o início da noite.

O “coração” do projeto de ação está relacionado também à implementação e à valorização do turismo cultural e familiar que a associação que promove o *Ensemble Forum* realiza, desde 1997<sup>19</sup>, com diversas viagens (Bruxelas, Andaluzia etc.). A permanência do dispositivo foi decidida depois de uma “avaliação conjunta” com o FASILD (Fundo de Ajuda e Apoio para a Integração e a Luta contra as Discriminações). Para que houvesse continuidade, o perfil do anima-

dor – no início “universitário” – passou a estar mais próximo dos trabalhadores sociais “clássicos”. No momento, o responsável pelo *Ensemble Forum* estima que a presença dos “pais” é significativa e contribui para “assegurar” o lugar da relação com os “jovens”. Os “jovens” que foram como dizem, “tocados” pela sorte.

O exemplo de ação baseado na “memória” demonstra bem que o conjunto dos agentes relacionados, da maneira descrita para o dispositivo, faz nascer e promove a busca pela legitimação da aliança, no caso específico (com os “pais”). Nesse caso, trata-se de instaurar uma filiação social. Essa abordagem de redefinição da intervenção e de sua legitimação é encontrada em muitos locais, desde que os participantes de um dispositivo encontrem algum interesse estratégico (por exemplo, “abrandar” a relação com um público considerado “difícil”, ou fazer com que uma nova prática seja reconhecida). Não é mais questão de “instrumentalização” em tal caso, pois certas formas de envolvimento institucional ou de formalização das relações reavivam o medo de ser “reduzido” ao papel de instrumento a serviço dos eleitos (“da política”), ou ao papel de informante (e, assim, participante do que é percebido como um controle social), com uma tensão recorrente em relação ao “anonimato” como vimos nos exemplos precedentes. Em situações de ruptura (como no bairro de Montreynaud) ou em situações de pressão mais ou menos forte, como no primeiro caso citado, há uma “ampliação” do uso do dispositivo, no que diz respeito aos temas, dos “pais”, da “memória” e das “identidades”. Essa ampliação pode ser tomada como um sintoma, como uma característica dos esforços feitos pelos agentes sociais para estarem mais próximos de novas formas de disfunção da vida em sociedade.

### O “CONCRETO” COMO REFERÊNCIA: O ESPAÇO E O ALOJAMENTO COMO APOIO DO DISPOSITIVO

De modo geral, como se encontrar em meio a essa pluralidade de usos dos dispositivos? Pode-se, em um primeiro momento, referir à leitura dos agentes e, assim, localizar-se nessa diversidade e multiplicação de usos de dispositivos. Entretanto, são as relações com o “concreto”, no caso, com os alojamentos e as

construções, com o arranjo do espaço e a reforma das habitações ou o realojamento que são lembrados em primeiro lugar como suportes aceitos e “estruturantes”. Nesse caso e quando o “anonimato” é respeitado, não se trata de “instrumentalização”. A preocupação em preservar o anonimato das famílias e dos indivíduos que estão sendo objeto de ajuda parece, com efeito, ser unânime, mesmo se as formulações, para defenderem o princípio de não divulgar informações relativas às pessoas diferirem entre aqueles que defendem a “ética profissional”, denunciam uma “instrumentalização” ou falam de “controle social”.

Pode-se pensar que, desde os primeiros procedimentos, no final dos anos 1970, essa relação com o anonimato faz parte da rejeição de certas formas de avaliação, muito próximas, aos olhos dos trabalhadores sociais, de uma avaliação reduzida a apreciações quantitativas e, sabendo que o desvendamento dos processos expunha as pessoas, e não deveria ser discutido publicamente. Inversamente, os dispositivos relacionados às ações sobre o espaço e sobre as construções são melhor aceitos desde os primeiros procedimentos. Aliás, o mais comum é, cronologicamente, após a implementação de dispositivos concernentes a ações relacionadas ao “concreto”, que se colocam no lugar daqueles mais centrados sobre o “social” (o “acompanhamento das famílias”, notadamente). Pode-se ilustrar esse processo com o exemplo da cidade de *La Ricamarie*, situada no *Loire*<sup>20</sup>. Localizada em uma aglomeração de Saint-Étienne nos anos 1980, a cidade se beneficiou de uma intervenção do projeto HVS (*Habitat e Vida Social*) e de dois dispositivos implementados entre 1988 e 1991. O primeiro dispositivo, relacionado ao trabalho e à “povoamento”, reunia os alojadores sociais, os serviços da cidade e, pontualmente, os trabalhadores sociais, sendo conduzido pelo *chefe de projeto*. A ação mais visível, decorrente da implementação do primeiro dispositivo, foi uma campanha de publicidade comum a todos os alojadores sociais que aceitaram implementar os mesmos procedimentos para o acolhimento de eventuais candidatos a um alojamento disponível.

O segundo dispositivo envolveu os trabalhadores sociais da cidade: animadores do centro social, assistentes sociais do Conselho Geral da CAF (Caixa de Alocação Familiar), formadores do PAIO (*Perma-*

*nência do Acolhimento, da Informação e da Orientação*). A vocação desse dispositivo conduzido por um agente de desenvolvimento social era “harmonizar as intervenções”. Muito rapidamente, duas questões se tornaram recorrentes: 1) o que fazer especificamente a partir desse dispositivo? 2) Como pensar a relação com os “habitantes” do local? Uma ação para eles “emblemática” foi concebida nesse contexto, a mudança da PMI (Proteção Materna e Infantil) e sua decoração. Essa ação é discutida com o conjunto dos participantes e realizada com os “habitantes” locais, especificamente com os pais dos alunos informados pela escola. Essa mudança foi feita no contexto de recuperação do bairro.

Mesmo se escutamos regularmente críticas sobre a insuficiência das ações muito centradas sobre o “concreto”, esses dispositivos implementados para agir sobre o “povoamento” e acompanhar as “recuperações”, são frequentemente considerados sendo mais “claros em seu funcionamento”.<sup>21</sup> A relação com o espaço construído continua, ainda hoje, a ser o ponto estruturante para os agentes de bairro, como em Lyon, em 2005, quando, com a gestão do “povoamento”, se desenha um conjunto de ações relacionadas ao alojamento. Esses domínios da ação do dispositivo *Grupo Técnico Operacional, Comitê de População, Realojamento* induzem ou supõem uma relação privilegiada em direção aos adultos, especialmente locatários. Para algumas categorias de trabalhadores sociais, pode ser considerada uma ampliação do apoio ou do público<sup>22</sup>.

Essa estruturação em referência a um suporte claramente identificado, o alojamento, permite acompanhar e delimitar os jogos de posicionamento entre os alojadores sociais e os trabalhadores sociais. Estes últimos podem ampliar sua ação sem serem muito questionados sobre sua “cultura”: os alojadores como os trabalhadores sociais se apresentam, então, como reciprocamente complementares – com a ajuda para assumir a relação com o locatário para o alojador e com a ajuda do alojador social para viabilizar o acesso ao alojamento para o trabalhador social. Esse primeiro esboço de recomposição das práticas dos projetos não é suficiente, e seria conveniente, para melhor discutir essa relação com os dispositivos, por em perspectiva os usos e a evolução do trabalho social nas últimas décadas.

## INVERSÃO DE CONJUNTURA: DA CONSAGRAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL À BANALIZAÇÃO DO ASPECTO “RELACIONAL”

### O medo da “instrumentalização” como fator de análise

Entre as concepções mais freqüentemente mantidas em relação aos dispositivos, a “instrumentalização” parece cristalizar uma parte significativa das reticências dos trabalhadores sociais e se apresenta como um fator para análise da evolução de suas concepções sobre os mesmos. No bairro de Montreynaud, como nos exemplos precedentes, esse termo é utilizado por numerosos atores da política urbana e por trabalhadores sociais.<sup>23</sup> Os que o utilizam se recusam, freqüentemente, a se perceberem como instrumentos dos poderes públicos. De maneira mais prosaica, essa referência à “instrumentalização” significa enfatizar, muito mais do que no passado recente, as recaídas nas práticas concretas, ou seja, na ação profissional ou, como dizem, na intervenção.

Esse modo de funcionamento imposto pelos procedimentos com uma insistência maior ou menor em sua finalidade instrumental se contrapõe ao ideal educativo que é a base do trabalho social. O ideal educativo é uma “dinâmica” que os trabalhadores sociais procuram incorporar. É assim que eles definem, em sua maioria, a dimensão educativa do apoio prestado: como um aprendizado reflexivo e aquisição de um saber sobre si mesmo, que deve favorecer a autonomia do indivíduo. A partir da perspectiva desse ideal educativo, a relação ou mais exatamente, o chamado trabalho sobre a relação é avaliado por eles mesmos.

Nesse contexto, e para melhor delimitar a diferença com a “instrumentalização” denunciada, podemos falar de personalização no sentido do envolvimento do trabalhador social como pessoa em um processo, principalmente psicológico, que é o que merece atenção. O trabalho social concebido dessa maneira não tem resultados mensuráveis a curto prazo, se entendermos que seus efeitos dependem da pessoa beneficiária do trabalho exercido pelo trabalhador social e do desenvolvimento posterior da pessoa em questão. Nesse sentido, a “instrumentalização” é fre-

qüentemente percebida como uma redução da ação às suas finalidades “visíveis” ou imediatas e engendra uma reconsideração da relação de apoio à população, que pode ser lida como um processo de reavaliação das finalidades da ação.

Desse modo, aos olhos dos que denunciam a “instrumentalização”, os dispositivos promovem uma lógica de ação que se choca ou questiona o ideal educativo, favorecendo o que é passível de avaliação ou mensuração. Desse ponto de vista, a “instrumentalização” é uma espécie de desvalorização, pois equivale a uma “redução” do objetivo da intervenção ao que produz efeitos imediatos ou muito rápidos. Tais críticas continuam, entretanto, difíceis de serem formuladas pelos trabalhadores sociais, porque esses dispositivos representam, para eles, um paradoxo. Os dispositivos se tornaram, ao longo dos anos, sistemas de “parcerias”, que permitem a inclusão do aspecto “relacional”<sup>24</sup> e sua ampliação devido ao uso, ao menos parcial, que é feito por outros atores públicos dos bairros<sup>25</sup>.

O aspecto relacional e a intersubjetividade são, portanto, reconhecidos e em parte também são burocratizados. A dimensão subjetiva e, de modo mais amplo, o que remete ao aspecto relacional está no centro da intervenção, quando esta se define tendo como referência a vida social e o “desenvolvimento social”, assim como, o envolvimento voluntário dos habitantes dos territórios alvo da intervenção, ocorrendo o que os trabalhadores sociais denominam “participação”. Os dispositivos só podem, portanto, atribuir um grande espaço a essa dimensão que tende então a se transformar. É assim que considerar o “subjetivo” se racionaliza em um contexto que se define por um enfraquecimento relativo das regras burocráticas.

Pode-se pensar que se trata, nesse caso, de uma racionalização, tal como entendida por Max Weber, de uma parte da ação que até então escapava ao dispositivo. A partir dessa perspectiva, essa racionalização é uma extensão da racionalidade instrumental. Ela ocorre por meio do dispositivo para incluir o aspecto “relacional” – que não é mais apanágio apenas do trabalho social – na ação pública e provoca nos trabalhadores sociais a necessidade de buscar novos apoios e/ou novas alianças com os “parceiros”, ou ainda novos públicos para redefinir seu trabalho.



Ao mesmo tempo, o que era pensado somente como apoio da relação adquire um outro estatuto, em todo caso, é considerado de outra maneira.

As ações direcionadas ao emprego, à prevenção da delinquência, à habitação, entendidas como “operações” complexas e concebidas em “parceria”, tornam-se, elas mesmas, o ponto estruturante. Algo muito diferente da atenção secundária atribuída às atividades esportivas, culturais, de formação, dentre outras, concebidas apenas como ocupação, há não muito tempo. Os dispositivos, a depender do bairro em questão, podem ser poderosos instrumentos de implementação da política urbana, assim como locais de legitimação dessa reavaliação do trabalho social.

### **DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR SOCIAL ASSISTENCIALISTA À VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR SOCIAL ENGAJADO**

Para apreender os efeitos dos dispositivos é, sem dúvida, judicioso nos situarmos na análise da reavaliação dos efeitos concretos dispostos em uma cronologia. Esta é a da “assistência” social do final do século XIX e início do século XX, marcada pelo selo da ajuda voluntária (material e espiritual), passando pelo “trabalho” social, caracterizado pela reivindicação de sua profissionalização e por um “desenvolvimento” amplamente inspirado na Psicologia e no “desenvolvimento social”, princípio de ação que amplia os espaços dos domínios e dos agentes, criando uma nova configuração entre os atores institucionais e, especialmente, entre os atores não institucionais, e voluntários, notadamente.

A “desestabilização” resultante dessa reconsideração é melhor compreendida se se admite que um grande número de atores de hoje é “herdeiro” das concepções que estavam em voga nos anos 1970, mas que os dispositivos de hoje questionam. Outros fatores relacionados aos dispositivos também interferem nessa desestabilização, como a legitimação dos atores voluntários que pretendem agir junto às populações, estabelecendo uma relação através da qual procuram a “participação” dos habitantes.

Essa pretensão dos voluntários constitui uma espécie de concorrência que se acrescenta à das equipes MOUS, distribuidoras de intermediações,

contribuindo também, em maior ou menor grau, para alterar a posição dos trabalhadores sociais. Tampouco, é inútil lembrar que os efeitos da “proximidade” – um dos princípios da política urbana que propiciou as reorganizações – se traduzem, para os trabalhadores sociais que agem em bairros “problemáticos”, em uma concorrência de fato no registro das relações com as populações em dificuldade, por questionar o quase-monopólio da gestão do “sofrimento”.<sup>26</sup> A relação com os jovens, por exemplo, torna-se objeto de atenção dos animadores, dos educadores, da administração do bairro, quando existe uma, da missão local, do agente de desenvolvimento social, eventualmente do administrador do bairro, do responsável pelo imóvel, do chefe administrativo de um pequeno território, dentre outros atores. Em meio a tal concorrência, a posição dos trabalhadores sociais pode ser questionada de muitas maneiras.

Para tornar compreensível a relação complexa que se instaura entre trabalho social e dispositivos, o primeiro precisa ser abordado como um todo, como uma cultura, o que torna evidentemente difícil a delimitação, mas permite esboçar uma abordagem do processo por meio do qual nasce a concepção que gera o aparecimento desse referencial. Somente depois dessa primeira etapa, quando estará em questão a socialização da subjetividade, ou melhor, a aceitação pública dessa dimensão a partir de um posicionamento avançado para os trabalhadores sociais e da valorização narcísica dela decorrente para os que a representam, poderemos analisar algumas práticas.

É tentador, nessa primeira etapa, seguir Norbert Elias e sua abordagem da *sociedade de corte*<sup>27</sup> para caracterizar essa “cultura” por uma emergência, em seguida por uma afirmação de uma maneira de fazer, onde a subjetividade, longe de ser calada, é afirmada como princípio fundador do agir<sup>28</sup>.

A afirmação do aspecto relacional, inicialmente característica dos anos 1970, fazia a distinção entre os trabalhadores sociais e os “outros”, passando a ser algo menos característico a partir dos anos 1980, quando se difundiu, entre os agentes sociais, a concepção de que a subjetividade devia ser considerada como princípio da ação social. Essa valorização da subjetividade, nos últimos vinte anos, assumiu diferentes formas: o apelo à “população” e aos seus conhecimentos sobre a vida

do bairro; a mobilização dos “usuários” ou das associações são exemplos que envolvem agentes sociais e, mais amplamente, os serviços públicos.

A relação com a subjetividade, antes valorizada, passou a ser utilizada em seguida, algumas vezes, de modo defensivo. Podemos lembrar que Jacques Íon enfatizou várias vezes que no contexto de hoje os trabalhadores sociais têm apenas a si mesmos a oferecer.<sup>29</sup> Ele chama a atenção para o “provação” que constitui para eles a implantação dos novos dispositivos e a sua exposição nessa conjuntura.<sup>30</sup> Tal exposição é um envolvimento mais pessoal com a emergência, mais pronunciada do que no passado, de afetos e subjetividades e pode ser pensada a partir da perspectiva de Michel Foucault quando ele fala de subjetivação das relações.

Pode-se perguntar se, entre os anos 1970 – período de consagração do “trabalho social” – e os anos 1990-2000, não houve, de um lado, o crescimento dos apoios fornecidos pelos trabalhadores sociais e, paralelamente, uma desvalorização dos mesmos. Não se trata de pensar que eles não sirvam para nada devido a não ajudarem muito na resolução de problemas materiais, mas, ao contrário, de constatar a multiplicação de todos os tipos de ajuda que passam por eles. Entretanto, a materialidade, na medida em que não valoriza a intermediação do trabalhador social, nos leva a pensar que a individualização, que seus companheiros dos anos 1970 acompanharam, e que consistia em o beneficiário se pensar como sujeito, adveio e se volta, agora, contra eles. Nesse caso, a pessoa que é ajudada se afirma, exprimindo uma apreciação negativa sobre o papel do trabalhador social, ou de modo mais geral, sobre o trabalho social<sup>31</sup>. É a própria pessoa ajudada que “instrumentaliza” o trabalhador social, considerando-o apenas como um fornecedor de ajudas financeiras e materiais.<sup>32</sup> Sob certo ponto de vista, a subjetivação das relações não tem mais necessidade dos pontos de apoio psicológicos que os trabalhadores sociais forneciam, ainda que numerosos agentes continuem a considerar esse apoio como referência e fundamento de sua ação. Essa inversão pode ser observada em numerosas situações em que o contato se apresenta como um tempo e um lugar arriscados para os trabalhadores sociais. Em especial para os educadores e animadores de rua, mas também

para os assistentes sociais, em situações que implicam permanência em bairros e ficam expostos, enfrentando a agressividade característica destes últimos anos. Tanto uns como outros são provocados, na maior parte das vezes, de fato e não deliberadamente, por aqueles que recebem ajuda deles ou que pretendem acompanhar.

Essa exposição do sujeito pode ser lida, sem dúvida, como uma ruptura da relação interpessoal – a marca cultural na organização burocrática citada por Michel Crozier – que os trabalhadores sociais dos anos 1970 provocaram por serem “pioneiros” na utilização do aspecto “relacional”.<sup>33</sup> A relação com o público é lembrada como uma dificuldade crescente e se exprime, em muitos locais, na forma de demanda por ajuda que aparece sob o rótulo de análise da prática dirigida a diversos especialistas: em direito, em urbanismo, em habitação, em prevenção, em “metodologia” (sociólogos, psicólogos terapeutas, dentre outros).

A “recomposição” da prática que se esboça repousa sobre a perpetuação do princípio da ajuda pela reflexividade. Entre os primeiros tempos do apogeu do trabalho social com ênfase no aspecto relacional e o de hoje, o da difícil “provação”, as condições sociais mudaram: o desemprego e as perspectivas incertas, as condições de vida globalmente insatisfatórias, aos olhos de quem vive situações-limite, os casos a serem objeto de intervenção. Entretanto, em condições sociais iguais, e com menos casos a tratar, o público e a relação com o público mudaram sensivelmente. Há, do lado dos públicos, especialmente dos mais jovens, um afastamento, ou ao menos um questionamento, por meio de uma atitude imediatamente contestatória, e, muitas vezes, agressiva. Essa atitude ilustra, em certos casos, a inversão que resulta da aceitação da subjetivação como fundamento por parte dos trabalhadores sociais.

Pode-se aprofundar a análise dessa inversão e da relativa desvalorização que atinge essas práticas a partir de dois registros. Primeiramente, o da relação em si mesma e da determinação que ela requer, da parte do trabalhador social, diante de um público sem dúvida mais convencido de seus direitos mesmo se, e sobretudo quando, os direitos formais são desconhecidos. Em segundo lugar, aquele da relação com os

dispositivos, considerados como espaço intermediário de legitimação, agindo, como foi dito, no sentido de uma desestabilização da prática.

### **DA PERSONALIZAÇÃO DO TRABALHADOR SOCIAL À "INSTRUMENTALIZAÇÃO" DA PRÁTICA**

Considerando o primeiro registro, pode-se pensar que o processo de individuação, e de certo modo a psicologização, se traduzem e se difundem nas posturas dos usuários, mas também nas organizações que não fazem parte desse setor. A individuação é baseada na realização de si e numa maneira de ser que implica dominar um saber psicológico e na personalização que ajuda. Essa personalização define o trabalhador social como um receptáculo (da palavra do outro) e, ao mesmo tempo, um emissor de uma palavra de ajuda. Não é, portanto, uma característica especial dos tempos atuais que o trabalhador social tenha apenas a sua pessoa a oferecer. Essa estruturação da prática em torno da personalização é diferente, de acordo com os sub-setores do trabalho social e com as trajetórias dos atores, pois, devido aos dispositivos iniciais, às escolas que frequentaram para sua formação profissional há certa diversidade em suas concepções e ações. Apesar de tudo, entre 1970 e 1990, o que prevalece, o que é tomado como referencial é o abismo do ser singular, o usuário que deve ser decifrado para que possa ter um reinício com a perspectiva de uma emancipação em relação à sua família e ao seu bairro, por exemplo.

Nascido de uma conjuntura antropológica que concebe o homem como centro de referência, o trabalho social é questionado, em uma outra conjuntura na qual a relação, em si mesma, não tem sentido nem para os usuários, nem para os tomadores de decisões institucionais e nem mesmo entre certos agentes. Da primeira conjuntura, aquela em que a subjetivação das relações no sentido foucaultiano transforma a vida social, os trabalhadores sociais extraem um acréscimo de legitimidade.<sup>34</sup> Eles são, de algum modo os "intermediários" através dos quais se anuncia social e institucionalmente a apropriação da relação, mais precisamente, aqueles por meio de quem se enuncia uma economia da intersubjetividade.

Nos anos 1970, os trabalhadores sociais eram a "vanguarda", agindo a título de uma prática que rom-

pia com a concepção de "vocação" (que justificava os profissionais do trabalho social até o final dos anos 1960), mas a nova concepção não deixa também de fazer referência às forças mais íntimas de cada um. Sob outro ângulo, a prática continua ainda no limite do trabalho. Certamente há a formação e um conjunto de saberes entre os quais a psicanálise predomina; mas há, sobretudo, um trabalho sobre si mesmo que cultiva "o ser" bem mais do que qualquer aspecto técnico voltado para a vocação instrumental. (Nos anos 1990, por exemplo, a ajuda a ser dada para o acesso à habitação era um domínio que precisava ser "aprendido" por alguns trabalhadores sociais).

Atualmente, alguns trabalhadores sociais não fazem mais parte da vanguarda, mas dos postos de ponta, submetidos, pelos dispositivos, à demanda de explicação sobre suas maneiras de agir que não vem apenas de seus pares. A aura decorrente do trabalho do aspecto relacional para alcançar a plenitude não resiste muito quando a injunção da mobilização do conhecimento é orientada para o desenvolvimento social com finalidade grupal – territorial – e com objetivo instrumental (melhorar a vida dos bairros). Diante dessa expectativa e quando as "pressões" se multiplicam, a distinção, que nunca foi efetivamente apagada, entre as diferentes profissões do trabalho social, aparece em certas estratégias defensivas. Por exemplo, em vários distritos e cidades da região Rhône-Alpes, desde o fim dos anos 1980 até hoje (2006), os alpinistas sociais desdobram-se com suas tarefas consideráveis (com seguidos reposicionamentos institucionais), o que é, às vezes, verdadeiramente igual para os animadores e educadores assalariados de equipes de proximidade. O posicionamento do educador parece, com efeito, mais ou menos fragilizado, segundo o espaço de intervenção, a rua, representando o lugar aparentemente mais exposto. O "meio aberto" e o AEMO (Assistência à Criança em Meio Aberto), que constituem os dois serviços da prevenção especializada, foram objeto das principais tentativas de "enquadramento" e vários serviços foram tentados, às vezes, sob pressão de conselhos gerais, a ver como poderiam ser tratados, de maneira mais "concreta" e com que instrumentos, os problemas das famílias com as quais os educadores tinham vinculação. Encontra-se o mesmo processo com outros organismos empregando trabalhadores sociais<sup>35</sup>.

## OS DISPOSITIVOS COMO INSTÂNCIA DE LEGITIMAÇÃO INFORMAL

A partir do segundo registro, podemos pensar que o dispositivo considerado como método de ação, torna-se uma outra engrenagem produzida pelas administrações. É sensato resolver os bloqueios citados por Michel Crozier de outro modo que não a oferta crescente de procedimentos ou pelo domínio das tensões relacionadas à transcendência parcial das lógicas setoriais tais como definidas por Pierre Muller.<sup>36</sup>

O dispositivo é concebido como um espaço de mediação que supostamente autoriza um afrouxamento das relações entre os participantes e que deve favorecer a estruturação racional da ação por meio do que podemos denominar uma “criatividade burocrática”. Os participantes são efetivamente mais ou menos estimulados a ajustar sua ação e a se adaptar, eventualmente por meio da inovação. É nesse sentido que há necessidade de criatividade, mas como ela é engendrada pelos dispositivos, está sempre contida pelas próprias regras dos procedimentos, guardando, portanto, as características da lógica burocrática.

Se nos apoiarmos na análise weberiana, podemos esquematicamente distinguir essa criatividade como a segunda fase da burocratização que se segue, de certo modo, à primeira fase em que são impostos procedimentos e regras, operando como “fixações” relativas ao funcionamento, que permitem contextualizar as administrações e instaurar setores da ação pública.<sup>37</sup> Na conjuntura atual, o dispositivo torna-se um modo operatório que tem por objetivo tornar mais flexíveis as relações entre agentes e administrações, favorecendo as adaptações, os experimentos, o estabelecimento de contratos e outras ações interseoriais, derivadas da política urbana e promovidas como tais. Nesse sentido, o dispositivo participa da modernização do papel do Estado, que se configura como “animador”, de acordo com Jacques Donzelot, para conceber e implementar a ação pública.<sup>38</sup>

Se é possível pensar, efetivamente, que a difusão de procedimentos e dispositivos concorre para uma acentuação da finalidade instrumental de intervenções, ela não desvaloriza, do mesmo modo, o aspecto “relacional” ou a intersubjetividade que lhe são opostas. Isso porque a valorização das finalidades pode ser lida como uma mudança de ótica: entre um

momento inicial (depois dos anos 1970), no qual o estabelecimento da relação, através da entrevista orientada para a análise de si e/ou da situação necessária que consagrou o trabalhador social como uma figura proeminente da ação social e um período que se inicia, depois dos anos 1980, onde o “relacional” é relativamente banalizado, enquanto os reincidentes concretos da intervenção primam pela apreciação da intervenção social.

Os trabalhadores sociais formados nos anos 1970 e hoje em atividade foram os “pioneiros” da consideração social da intersubjetividade. Eles se encontram “convocados”, dentro do sistema de ação ou explicitação e análise partilhada, decorrentes de um processo de generalização cuja consideração nem sempre lhes serve. Isso acontece mesmo com uma parte do seu público que disputa o conhecimento do “meio” para legitimidade de análise.

Existe, no que diz respeito aos dispositivos, uma relação complexa entre personalização e instrumentalização, pois a referência feita pelos trabalhadores sociais à singularidade de cada pessoa ou de cada situação, valoriza a parte insondável do ser singular e freqüentemente afasta a priori uma finalidade prática precisa. Os dispositivos da política urbana, ao contrário dos espaços relacionais, são concebidos, por um lado, pela experimentação – ou seja, pela oposição às “fixações” derivadas da burocracia no sentido weberiano – e, por outro lado, por finalidades concretas.

É sobre este último ponto que a defasagem entre aspectos relacionais e ações decorrentes de dispositivos é mais desestruturante em relação à “cultura” do trabalho social. Com efeito, o “relacional” perde seu estatuto de objetivo sem fim e se transforma em suporte da ação pública e não da ação interindividual (o “colóquio singular”, como diz Jacques Íon). Uma segunda mudança acentua essa defasagem quando a relação se apresenta, nem sempre formalmente, mas, mais ou menos implicitamente, como passível de avaliação. Explicando melhor, saindo dos círculos restritos dos pares e tornando-se, portanto, passível de discussão e crítica, devendo ser de leitura acessível para outros que não os mediadores (aqueles que participam a títulos diversos do dispositivo interno da análise da prática: trabalhadores sociais, psicólogos, psiquiatras, especialmente sociólogos) da cultura do trabalho social.

Tornando-se sistemas de relações obrigatórias inscritas no tempo, produzindo uma aculturação daqueles que dele participam, os dispositivos das políticas urbanas geram igualmente efeitos para outros atores. O dispositivo se impõe como um espaço formal onde se definem as articulações, as aproximações e os afastamentos e transforma-se, de certo modo, em uma instância de legitimação informal instituída (reconhecida na organização interna ou dos serviços, mesmo não participando como tal da avaliação daqueles que dele fazem parte).

Nesse contexto, as convivências diminuem enquanto o campo das relações se estende até aqueles que são denominados parceiros. Há, ao longo dos anos e de acordo com as cidades, uma relativa desconsideração de alguns trabalhadores sociais, especialmente aqueles que, por muitas razões, se recusam a responder às expectativas de seus parceiros ou continuam com práticas a seus olhos ilegíveis. Mas, os parceiros podem se apresentar como suportes, quando ocorre complementaridade de interesses, também como concorrentes, pois para muitos daqueles que trabalham nos bairros, os parceiros conhecem um processo contrário.

Os parceiros não precisam questionar sua lógica instrumental, mas sim sua relação com o usuário e considerar essa dimensão na sua organização. Há uma espécie de finalização perfeita de um processo que assume certa amplitude quando dos “trinta gloriosos”<sup>39</sup> com uma divisão de tarefas de acordo com a qual o aspecto relacional é o apanágio do trabalho social e a instrumentalização reservada a atores, tais como as instituições voltadas para a implementação de políticas específicas e concretas relacionadas para a habitação. Atualmente, estas últimas procuram integrar os aspectos sociais enquanto os trabalhadores procuram ter finalidades operacionais cuja grandeza pode ser observada e não medida além do lazer ou outras de atividades relativas à atenção a si mesmos.

De meu ponto de vista, podemos constatar uma relação invertida com a instrumentalização, que pode ser observada na banalização e desvalorização do trabalho baseado no aspecto relacional, ao mesmo tempo em que há uma valorização ambivalente deste aspecto por atores institucionais, com o conseqüente reposicionamento de todos os envolvidos nos dispositi-

tivos nos territórios de ação. Isto se deve ao fato de que as políticas urbanas e os dispositivos a ela associados podem se transformar, para alguns, em um suporte concreto, em oposição às relações interpessoais, que legitima as suas práticas. Na maior parte das vezes, tanto os trabalhadores sociais como seus parceiros esperam uma ajuda recíproca para realizar essas transformações.

### EM BUSCA DE SUPORTES PARA REPOSICIONAR E REAJUSTAR O REFERENCIAL SETORIAL?

Esse aspecto do método – trabalhar em dispositivo, ou seja, com o conjunto de atores em intervenções articuladas – privilegiado pela política urbana é rico em ensinamentos sobre a evolução do trabalho social. Ele se apresenta como um objeto de análise extremamente esclarecedor dos efeitos dessa política sobre os trabalhadores sociais envolvidos nos procedimentos. Nesse sentido, a apropriação dos dispositivos aparece como uma maneira de apreender como se difunde o princípio – a “parceria” – característico da política urbana, freqüentemente definida como uma abordagem que deve permitir aos diversos atores trabalhar em conjunto ou de outras maneiras. Esse prisma permite esclarecer as apropriações dos princípios apresentados a título de políticas públicas (no caso, a política urbana), a estruturação das práticas que resultam das mudanças da ação social a partir dos primeiros *Contrats de Ville* até as evoluções mais recentes.

As relações com os dispositivos indicam que os trabalhadores sociais, pensando-se na maioria das vezes como agentes que contribuem para a emancipação da população, se vêem, por sua vez, desprovidos, quando o espaço de mediação que era o mundo do trabalho e seus códigos espaciais e temporais tradicionais desaparecem, de referenciais para estabelecer relações com os “seus” públicos. O “quadro”[plano de uma obra] é deficitário de qualquer maneira: ele é posto na condição de políticas sociais, depois do século XIX, aparece deslocado, sem que as múltiplas renovações dos dispositivos de intervenção social possam aí fazer qualquer coisa. Porque o que fazia o “quadro”, quer dizer, o que estruturava a intervenção decorria da perspectiva de emancipação e da promo-

ção das populações. Ora, esses objetivos aparecem bem dentro de casos como inacessíveis. A atenção dirigida ao indivíduo enquanto objeto “psicológico” não pode mais ser suficiente desde que a relação com o trabalho (enquanto ocupação ou como perspectiva) torna-se mais estruturante. E o mesmo ocorre com os procedimentos que almejam levar em conta o território, ditos de desenvolvimento social, que não aparecem mais como soluções operantes.

É nesse contexto socioeconômico que é preciso compreender um expressivo número de iniciativas como tentativas para se libertar de dois modos habituais de entrar na ação social: o indivíduo e o território.

Isto posto, apresentam-se questões relativas à natureza da urbanidade, do que usualmente fundamenta, as maneiras de viver na cidade. Como um espaço pode ser concebido como comum, a partir de apelos às suas relações de filiação retomadas pela memória, pelo parentesco, pelas relações intergeracionais... Como pode ser visto no caso de Montreynaud?

Nada mais estranho ao universo dos agentes sociais – cuja existência é inerente à sociedade moderna e que foram formados tendo como referência a emancipação libertadora – que conceber sua ação fora do contexto dessa injunção da qual faz parte o indivíduo contemporâneo. O modelo republicano, como sabemos, exige que se conceba o ser social a partir da ficção de um indivíduo “livre de quaisquer amarras”. Ao menos, isto é o que foi imposto para que, liberado das injunções, das famílias e da religião, ele pudesse ser instituído como ator autônomo da sociedade burguesa e industrial.

Atualmente, quando as bases materiais, especialmente do trabalho, das instituições vacilam, não há nada de surpreendente, a menos que os indivíduos sejam reconvocados aos laços “ancestrais”. Ora, os territórios das políticas urbanas, assim como numerosos bairros considerados ou não como zona franca, ou seja, submetidos a um regime administrativo especial, são falsas continuidades da cidade industrial.

Não são mais os bairros industriais onde os camponeses franceses e do mundo chegavam de suas pequenas cidades de origem e, ao longo dos anos, passava-se lentamente de um tempo ritmado pelas estações a um outro estruturado pelo sistema

de trabalho em três turnos de oito horas e pelas férias pagas. Nesses espaços inteiramente criados por um ato voluntarista, a cidade tornou-se “insensata”. De modo semelhante ao gesto que esteve em sua origem, é de maneira voluntarista que deve ser instaurado um princípio da sociabilidade para se assegurar a convivência de uns e outros sejam eles locais, estrangeiros, jovens ou velhos.

De certo ponto de vista, as iniciativas decorrentes dos dispositivos demonstram as tentativas de conceber novas ações, por um lado, para melhor responder às expectativas percebidas e, por outro lado, para ajudar os agentes (em ocorrência o “animador” e o equipamento, desde sua implantação, conforme o exemplo de Montreynaud). De modo mais amplo, o contexto socioeconômico tem um peso enorme, pois o que denominamos hoje “crise” com todas as dificuldades que lhe são inerentes (o desemprego, o divórcio, as brigas entre vizinhos etc.), juntamente com a falta de recursos públicos refletem sobre a concepção das intervenções.

Essas condições tornam defasadas as referências forjadas em uma conjuntura de expansão. A transição pela qual passam as populações também atinge os agentes. Para estes, e não somente para os trabalhadores sociais, a política urbana e os dispositivos engendrados por ela se revelam como uma mediação que permite ultrapassar o tempo industrial e suas sociabilidades. Ela participa da difusão da intersubjetivação de relações com uma multiplicação dos intermediários e conhece uma personalização, mesmo que relativa (com os voluntários das associações...). Esta “banalização” impõe àqueles que tinham o monopólio do “relacional” reposicionamentos para especificar, ainda mais, sua ação, notadamente por uma consideração acrescida da “situação” e do meio ambiente social do público e do conjunto de atores com os quais é preciso articular a intervenção. Porque o “social” (quer dizer, ainda, o “relacional”) é, senão integrado, pelo menos retomado pela maioria dos atores sociais. Aqueles que são levados a conduzir esses reposicionamentos reencontram, frequentemente, dificuldades referentes a se desfazerem de antigas práticas, do mesmo modo que inventar novas, quando o horizonte parece incerto para os mais desprotegidos. A tensão que eles experimentam pode

ser atribuída a um ajustamento de referencial: no período de consagração do trabalho social, o mais alto referencial evocado era aquele do indivíduo solto, com a perspectiva de liberação de si em ligação com o princípio educativo; hoje, o referencial é aquele do “indivíduo situado”, que tende a prevalecer com o princípio do “desenvolvimento social”, segundo o qual o indivíduo é situado em um contexto social. Com o primeiro período (1970), o contexto está em um plano secundário, com solução problematizada. No segundo período (a partir dos anos 1980), aprofunda-se a análise do contexto. A família, o bairro e, mais amplamente, o meio ambiente social, de obstáculos à emancipação tornam-se, na nova problematização, pontos de apoio para “fixar” o indivíduo a eventuais redes de proteção e recursos. A intervenção, também, se modifica. Ela deve ser, doravante, igualmente “situada” com a tarefa de outros atores.

Falar de “ajustamento”, mais que de “mudança” de referencial permite, sem dúvida, compreender melhor a transição entre a difícil ultrapassagem de uma concepção que nem pode ser explicitamente reivindicada e a apropriação de uma outra que não poderia ser rejeitada.

## NOTAS

- 1 Por exemplo, os programas HVS (*Habitat e Vida Social*), em 1977, e DSQ (*Développement Social des Quartiers*), em 1982.
- 2 Trata-se de contratos que visam à realização de projetos ligados à vida urbana, estabelecidos entre o Estado e grupos populacionais carentes, em áreas como: educação, práticas culturais, alojamento, etc.
- 3 O mesmo argumento é válido para outros agentes sociais: assalariados, como, por exemplo, alojadores sociais, professores e funcionários municipais...
- 4 Cridel, *Contrat de Ville, développement local et développement social*. Paris, 1994.
- 5 Trata-se de uma das associações mais importantes do setor social.
- 6 No caso em que as relações são apenas formais, é suficiente, por exemplo, reunir-se para simplesmente se informar de ações (no domínio do esporte, mais amplamente da animação) que cada participante continua a conceber sozinho ou com seus colegas habituais. Quando as relações ultrapassam esse estágio, os participantes tornam-se “parceiros” que partilham, em graus diversos, a reflexão relativa à ação e à sua concepção, tendo em vista a sua realização mais ou menos parcial.
- 7 Cf. Sobre esse ponto e mais amplamente sobre a discussão relativa

a essa abordagem teórica: Pierre Muller, «Esquisse d'une théorie du changement dans l'action publique. Structures, acteurs et cadres cognitifs», *Revue française de science politique*, vol. 55, n°1, fevereiro 2005, p. 155-187.

- 8 Não se trata, porém, de ignorar outras abordagens como aquelas de Sylvie Tissot et de Franck Poupeau cuja análise centra-se na espacialização dos problemas sociais ou a de Robert Castel sobre o trabalho assalariado (Sylvie Tissot et Franck Poupeau, «La spatialisation des problèmes sociaux», *ARSS*, n°159, 2005, p. 4-9; Robert Castel, *Les Métamorphoses de la question sociale, Une chronique du salariat*, Poche, Paris, 1995). Outros trabalhos sobre a política da cidade e sobre o trabalho social tratam da territorialização, da contratualização e de outros princípios que induzem ou renovam esses procedimentos (C. Avenel, «Quelle démarche d'évaluation pour le travail social?», *Informations sociales*, 110, setembro 2003, p 92-99; J. Ion, *Le travail social à l'épreuve du territoire*, Toulouse, Privat, 1990; B. Palier, «L'évolution des cadres de l'intervention sociale en France», *Informations sociales*, 104, 2002, p 30-39; T. Thauriale, «Travail social et territoire», *Informations sociales*, 104, 2002, p 96-105). O interesse dessas abordagens é desconstruir as falsas evidências que acompanham as múltiplas designações (de espaços, populações, problemas de delinquência...), contribuindo para dar visibilidade à difícil superação de uma estruturação da ação pública, que permanece fortemente marcada pela referência a uma economia ou a uma indústria que tinha importância tanto na determinação dos recursos como na concepção das respostas aos problemas sociais. Esses trabalhos trazem esclarecimentos úteis sobre as dimensões políticas, sociais e econômicas que são de primeira importância. Entretanto, a apropriação dos dispositivos, a partir dos quais são trabalhados os princípios de intervenção pelos atores, permanece pouco discutida, agora que essa apropriação parece estar sendo considerada nos fundamentos dessa política. Porque a referência ao “desenvolvimento social” ou à “parceria” permanece inócua se essa orientação for considerada pelos profissionais apenas formalmente. Certamente a questão da participação e, até mesmo, a da proximidade, pela quantidade de trabalhos que têm suscitado o envolvimento dos beneficiários, habitantes para uns, usuários para outros, alimenta a reflexão sobre esse processo de apropriação (HAMMOUCHE, A. «La gestion du bailleur et le travail social à l'épreuve de la proximité», *Espaces et société*, 84-85, 1996, p. 137-151). Esta última é mais raramente discutida no que diz respeito aos profissionais (AUTÈS, M. «Territoires et subjectivités: les nouveaux défis de l'action sociale», *Recherches et Prévisions*, n° 81, setembro 2005, p. 9-17; MANSANTI, D. «Le développement social local: une catégorie au service du changement», *Recherches et Prévisions*, n° 81, setembro 2005, p. 19-28).
- 9 Tomaremos para análise dois tipos de atores que nos pareceram mais interessados em manter uma relação com os dispositivos: os primeiros são aqueles que mais frequentemente têm a responsabilidade ou são encarregados da animação; e os segundos, os trabalhadores sociais. As concepções que utilizarei são, portanto, as dos chefes de projeto, encarregados de coordenar as ações programadas a título de procedimentos da

política voltada para a cidade ou agentes de desenvolvimento social que os apoiam e de trabalhadores sociais que agem nos mesmos "bairros", cuja atividade consiste em encontros regulares com os públicos, jovens e adultos, em um contexto de acompanhamento educativo ou de animação esportiva ou cultural.

Os mais antigos ocupam postos, desde 1988 e os mais novos, a partir de 2004. Alguns dos trabalhadores sociais mais antigos exerceram funções diferentes, desde 1988, quando começaram nessa atividade, até o momento da pesquisa. As relações com os dispositivos que analisaremos se entrelaçam e se afirmam ao longo do tempo em que desenvolvem. Essa dimensão foi privilegiada retomando situações ocorridas, às vezes, há quinze anos. Em todos os "territórios" pesquisados serão considerados as intervenções "clássicas" das instituições e associações locais e os interventores do meio aberto, que serão apresentados à medida que forem sendo implementados os dispositivos

As dificuldades sociais mais frequentemente objeto de atenção dos dispositivos são referentes a emprego, especialmente dos "jovens", acesso à habitação e a delinquência. Não é necessário especificar para cada lugar que é citado o que particulariza o sistema de ação, pois o que é mais importante para a análise diz respeito à apropriação dos dispositivos pelos que a eles se remetem e, em menor grau, a recepção desses dispositivos como novidades ou mesmo sua inscrição em um contexto particular. Os dados foram coletados em duas pesquisas, efetuadas entre 1999 e 2005, e complementadas por entrevistas realizadas com o objetivo de escrever este artigo.

10 Cridel, *Contrat de Ville, développement local et développement social*. Paris, 1994.

11 Em 2005, em Lyon e sua região, os dispositivos mais frequentemente citados pelos chefes de projetos e trabalhadores sociais para ilustrar a relação entre trabalho social e política urbana são o Contrato Educativo Local, que visa implementar um projeto educativo, concebido por diferentes parceiros, concernente à educação de crianças e jovens; o Contrat Local de Seguridade, as comissões para o realojamento (ou para a ocupação de imóveis). Nas metrópoles, os locais escolhidos, a partir dos anos 1980, como objeto da política urbana são aqueles que concentram as dificuldades mais frequentemente encontradas nos bairros do "habitat" social. Aqui, nos limitamos a fornecer alguns indicadores para contextualizar o início dos anos 1990, encontrados, mais ou menos em outros locais de Lyon citados neste artigo, quando são analisados dispositivos que nos interessam. Em 1990, uma das regiões de Lyon, composta por três bairros, États-Unis, Mermoz e Langlet Santy, abrigava entre 23% e 40% dos jovens com menos de 20 anos. Eles representavam, nos États-Unis, 23% de uma população de 13.334; 35% de uma população de 4.887 habitantes em Mermoz; 40,5% de uma população de 2.217 habitantes em Langlet Santy. Observa-se uma proporção crescente nos bairros menos populosos e, se nos referimos a um dos bairros mais visados, o de Mermoz, a taxa de desemprego era de 40%, para aqueles que estavam entre 15 e 24 anos de idade, e uma taxa alta de ocupação territorial. Dentre 1.508 habitações sociais do bairro, 21% tinham ocupação acima do

limite, o que caracteriza os jovens e, em parte, suas famílias, do ponto de vista da habitação. Essa representação acima da média nos bairros menores e nos sub-bairros pode ser verificada também nos subúrbios, como constatamos em Vénissieux. Nos bairros desta cidade e mais particularmente em um imóvel com 85 habitações sociais, muitas das quais desocupadas, os jovens com menos de 16 anos representavam 44,65% da população (Cf. *Capitalisation et diffusion d'expériences régionales innovantes en logement jeunes*, ALFA-CREPAH, Lyon, 1995, tomo 1 e 2). A fonte para todos os dados deste artigo, salvo indicação contrária, estão no INSEE).

12 O "respeito ao anonimato" citado pelo chefe de projeto é a recusa, por parte de trabalhadores sociais, em prestar informações relativas ao público beneficiário da intervenção. Ele é utilizado pelos assistentes sociais para se recusar a fornecer informações sobre situações particulares e, especialmente, para recusar a troca de informações nas discussões sobre famílias ditas problemáticas. Para os educadores da prevenção especializada, o respeito ao anonimato é reivindicado argumentando-se que aqueles com quem se encontram, especialmente os jovens, não devem ser identificados. Os educadores acrescentam a esse princípio do respeito ao anonimato o de "livre adesão" para sublinhar que os jovens em questão vêm, eles mesmos, reencontrá-los e discutir na rua, sem imposições de uma decisão administrativa ou judicial.

13 A maneira como são compreendidos os procedimentos e as ações que lhes são associadas constitui um outro elemento de contextualização para situar a recepção dos primeiros dispositivos e esclarecer esta "desestabilização". O propósito do chefe de projeto, que era diretor do centro social da cidade onde trabalhara pela primeira vez com os dispositivos, é ilustrativo. Ela se manifesta, a seus olhos, a partir da percepção que tivera da implementação dos primeiros procedimentos da política urbana que ele conheceu em Rillieux-la-Pape. Esta cidade, de 28.327 habitantes, com uma taxa de desemprego de 15,2% (em 1999), com uma zfu e uma moradia coletiva importante, está inscrita no Contrat de Ville que beneficiou a maior parte dos procedimentos para as reabilitações, para as ações de inserção voltadas para "jovens" e, depois, para "mulheres".

Ele lembra, assim, o contexto dos primeiros procedimentos: "em 1988, em Rillieux... o Estado e a cidade impõem o DSQ (Desenvolvimento Social dos Bairros) aos trabalhadores sociais... Eles queriam que fosse implementado um sistema de ação e parceria que fizesse tábula rasa do passado..."

Esta "desestabilização" se traduz também, para ele, por mudanças no registro das ações. Aquelas que lhe parecem as mais características do "desenvolvimento social" eram aquelas que, a partir dos chefes dos projetos ou das equipes MOUS, envolviam os "habitantes". Este era o caso da participação no projeto do museu Tony Garnier (Lyon), a partir de 1992, mas, também, a criação da Administração do Bairro e a dinamização do comitê das festas, no mesmo período, e, cada vez, com o envolvimento de trabalhadores sociais. A "desestabilização" parece menor alguns anos após, quando ele deixa essa cidade, para ocupar as mesmas funções em um bairro de Lyon. Para ele, as relações entre agentes sociais são, então, menos difíceis: "a



relação com os eleitos”, diz ele, é “aberta à discussão”. Quanto às ações, ele considera que os dispositivos orientados para os “jovens” são “bem coordenados pelo chefe do projeto”. Ele cita, a título de exemplo, as ajudas atribuídas aos jovens para as saídas autônomas, em férias, que são discutidas com os trabalhadores sociais, em comissão, o que evita o sentimento “de uma” *surenchère* ou de uma concorrência. Os objetivos de animação e da prevenção são igualmente discutidos, diz ele. A dificuldade apresentada pelos trabalhadores sociais, para preservar o anonimato de seu público era resolvida por discussões informais, em pequenos grupos. (Cf. também as análises desenvolvidas por J. Ion, *Le travail social à l'épreuve du territoire*, *op.cit.*).

- 14 É o caso, por exemplo, de um educador da prevenção (em Valence, 2004) que fala da boa “cooperação entre chefe de projeto e trabalhadores sociais, nos primeiros anos antes que as decisões relacionadas com as mudanças de organização viessem perturbar a relação” e enfatiza o “poder daqueles que relatam as reuniões”. Ele fala do “poder [dos chefes de projeto] de impor uma visão, estando próximos dos eleitos”. Alguns reagem “para avaliar essas visões”, como os trabalhadores sociais (em Lyon entre 1995-8), igualmente preocupados com as representações e, mais precisamente, com a avaliação do “trabalho de rua”, tanto que lançaram uma operação de “construção de indicadores” para tornar “visível o trabalho de prevenção especializada” junto a seus parceiros.
- 15 Por exemplo, em Saint Chamond, na região do Loire, num bairro em recuperação no início dos anos 1990, onde a diretora do centro social ocupava ao mesmo tempo a função de chefe de projeto e fazia com que sua instituição tivesse o papel central em tudo o que dissesse respeito à participação da população. É o caso de Annonay, na Ardèche, em 2004, onde encontramos a mesma configuração no *Contrat de ville*.
- 16 O bairro de Montreynaud, situado a nordeste da cidade de Saint-Étienne, a seis quilômetros do centro, tem o estatuto de Zona Franca Urbana (ZFU), é inscrito no Contrat de Ville e, devido a isto, se beneficia de uma equipe do MOUS. Ele faz parte dos quatro bairros do Grande Projeto para a Cidade (GPV) de Saint-Étienne. Essa cidade teve um grande decréscimo demográfico entre 1990 e 1999, com o conseqüente aumento de imóveis para locação em bairros que tinham uma imagem negativa. A partir de janeiro de 1999, a composição do bairro passou a contar com 700 alojamentos/apartamentos em co-propriedade, 700 casas individuais e 2.390 Habitações com Aluguéis Moderados (HLM), geridas por sete alojadores sociais. Esse parque social representava mais de 15% do conjunto das habitações sociais voltadas para locação na cidade. Desde 1994, foram utilizados 25 milhões de francos em obras de reformas urbanas, incluindo 1.300 habitações. Apesar desses investimentos, em 2001, aumentou a quantidade de habitações desocupadas, chegando a 660, o que representa aproximadamente 25% do parque voltado para locação no bairro. A demanda externa por alojamentos, neste setor, continua muito fraca e o que existe é a demanda de não compartilhamento de habitação por pessoas que já residem no bairro. De 2001 a 2004, foram demolidas mais de 300 habitações situadas em imóveis em forma de barras

e de torres (Cf. ACT Consultants, Financements européens et politique de la ville. 2005).

Criado em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, este bairro, em 1990, contava com mais ou menos 13.000 habitantes e, em 1999, com pouco menos de 10.000. Trata-se de um bairro de habitação social que acompanha, se podemos dizer assim, um bairro mais antigo, o Le Marais, cuja história estava estreitamente ligada à história da empresa siderúrgica Creusot-Loire. O bairro de Montreynaud, como um bom número de bairros de habitação social, tem uma taxa de desempregados elevada (22% em relação aos 14% do conjunto da cidade) e uma forte presença de jovens. Os jovens de menos de 25 anos representam quase a metade da população (entre 41% e 53%, de acordo com os diferentes setores). São 2.299 famílias, em 40.000 do conjunto da cidade, a receber recursos derivados de políticas públicas voltadas para famílias, e 418 se beneficiam do RMI (num total de 4.412 de Saint-Étienne). De acordo com o último censo, Montreynaud perdeu 3.200 habitantes em relação a 1989 (das 2.390 habitações que possui, 692 estão vazias). Além das múltiplas instituições existentes, diversas associações agem no bairro no registro esportivo, cultural, de ajuda escolar... e/ou apóiam iniciativas dos moradores. Muitas ações voltadas para os pais foram implementadas pelas instituições, especialmente através do acompanhamento escolar, em equipamentos. (Cf. Abdelhafid Hammouche e André Micoud, «Les êtres selon l'industrie et selon la génération: les nouveaux cadres de l'action sociale dans une zone franche à Saint-Etienne», Préfecture de la Loire et Ville de St. Etienne, CRESAL, novembre 2002).

- 17 Numa época em que se multiplicavam as formas de valorização do patrimônio.
- 18 A filiação social relaciona, de um modo ou de outro, território e populações que o habitam, indo além do círculo dos parentes próximos.
- 19 Viagem a Paris, em 1997; Festival de Jannot (Vichy) com um micro-ônibus (50 pessoas), em julho de 2000; a Festa do Óleo, em Nyons.
- 20 Esta cidade sofreu, subitamente, o fim da atividade de mineração nos anos 1980, sendo a última mina fechada em 1986. A cidade tinha 10.246 habitantes em 1990 e 8.438 em 1999, ano em que a taxa de desemprego permaneceu ainda bem elevada do que a média nacional (22%, contra 12,9%).
- 21 Cf. também Barbara Allen, “La gestion de proximité dans les organismes HLM: diversité des situations et conduite du changement”, in *Les seuils du proche, Les Annales de la Recherche Urbaine*, n° 90, setembro 2001, p. 182-189.
- 22 Mas, é, às vezes, uma ampliação da intervenção para novos temas, como por exemplo, a “memória” ou o parentesco, ou a relação pais-filhos que é sublinhada. Enfim, um outro tipo de dispositivo tende a se desenvolver com o objetivo de confortar e garantir a segurança dos agentes em torno da questão dos “jovens” face aos públicos os “mais difíceis”. Cf. Abdelhafid Hammouche, “Face a face et construction de l'autorité d'intervention dans les rapports intergénérationnels”, in V. Châtel, M.-H. Soulet (eds.), *Faire face et s'en sortir*, Editions

- Universitaires de Fribourg (Suisse), vol. 1, p. 207-212, 2002.
- 23 Cf. Caroline Helfter, «Evaluation des politiques sociales. Les risques de l'instrumentalisation», *Actualités Sociales Hebdomadaires*, n° 2378, 22 outubro 2004.
- 24 O estabelecimento da relação com o público-alvo e, em seguida, o trabalho desenvolvido com ele, na medida do possível, em longos períodos de tempo, para ajudar a resolver dificuldades sociais e psicológicas está na origem da intervenção. Poder-se-ia, do mesmo modo, falar do “interrelacional”, mas, em todos os casos, trata-se de uma atenção à relação, ela mesma considerada como um dos suportes mais importantes para estruturar a intervenção, participando da especificidade profissional dos trabalhadores sociais.
- 25 Por exemplo, a gestão da “proximidade” para os alojadores sociais que tentam, assim, levar em conta a relação com os locatários.
- 26 Abdelhafid Hammouche, 1996, «La gestion du bailleur et le travail social à l'épreuve de la proximité», *Espaces et sociétés*, 84-85, p. 137-151 et 1997, «La Politique de la Ville et l'évolution des métiers», in *Citoyenneté et communauté*, Marin Y. (ed.), *Annales Littéraires de l'Université de Franche-Comté*, p. 175-202.
- 27 No sentido de interiorização das normas de civilidade e de auto-constrangimento que se seguem, antes de sua difusão limitada a sociedade de corte. Pode-se estabelecer um paralelo com a atenção atribuída à subjetividade, que antes de ser amplamente difundida, fazia parte de um círculo restrito.
- 28 A subjetividade, como a entendemos, é o que decorre da apreciação da própria pessoa e onde se estabelece a marca de sua personalidade. Sumariamente, essa parte singular, essa marca pessoal é entendida mais facilmente e teve maior receptividade depois que Edward Shorter a denominou “segunda revolução do sentimento” nos anos 1960. Cf. Edward Shorter, 1977, *Naissance de la famille moderne*, Paris, Seuil.
- 29 J. Ion, *Le travail social au singulier*, op. cit.
- 30 J. Ion, *La fin des militants?*, Paris, Les éditions de l'atelier, 1997 e *Le travail social au singulier*, Paris, Dunod, 1998.
- 31 Se alguns “usuários” não hesitam demonstrar sua insatisfação e expressam seu descontentamento, manifestando-o, às vezes, agressivamente, há também situações nas quais os beneficiários da ajuda obtida por intermédio do trabalhador social exprimem seu reconhecimento, por exemplo, por meio de “pequenos” presentes.
- 32 Sem dúvida, as mudanças mais espetaculares nas atitudes dos “usuários” verificam-se na prevenção especializada. Duas cenas “fortes”, a título de exemplo, ilustram as dificuldades nas interações (entre agentes e “usuários”), nos bairros “difíceis”, no *Contrat de Ville*, nos anos 1990. A primeira se situa em um Café, ponto de aglomeração em Lyon, no qual uma educadora é, incessantemente, solicitada a se manifestar a respeito de uma série de situações (as ajudas, a sedução...) e resiste, com dificuldades, à pressão, cada vez mais forte, no decorrer da discussão. A segunda situação se passa na entrada dos imóveis, a poucos quilômetros do Café. Alguns “jovens” esperam um educador que *deve* conduzi-los ao centro da cidade. De acordo com a presença de indivíduos mais ou menos estranhos à situação, a expressão desse *dever* é mais ou menos direta ou explícita. Na visão deles, o educador não está ali fazendo favor; ele apenas aproveita uma oportunidade do cotidiano para educar, ordinariamente, nesse contexto. Esses que estão diante dele exigem, de sua parte, a disponibilidade e mesmo uma ajuda financeira que equivale, na visão deles, a uma contribuição justa, na medida em que eles são a “justificação do salário” do educador.
- 33 M. Crozier, *Le phénomène bureaucratique*, Paris, Seuil, 1963.
- 34 Também a psicologização como é entendida por Gérard Neyrand em *L'enfant, la mère et la question du père*, Paris, PUF, 2000 ou a segunda Revolução do Sentimento no sentido Edward Shorter em *Naissance de la famille moderne*, op. cit.
- 35 Seria necessário examinar, mais de perto, os efeitos da descentralização sobre as práticas. Também, a título de exemplo, a revisão do procedimento para acionar uma medida da AEMO que grande parte dos serviços utiliza, para tornar mais “visível” e “legível” a organização na qual se inscreve a ação do trabalhador social. O serviço ou a proposta de intervenção é apresentada aos pais com dados institucionais financeiros... O “trabalho de equipe” é igualmente evocado e as diferentes bases para recolher as informações necessárias à compreensão e análise da situação são precisados fora da apresentação de um documento de síntese. Esse documento formaliza as diferentes etapas do procedimento, depois da missão confiada pelo juiz das crianças que é lembrada na primeira parte, e a espera dos pais até o “projeto para a criança” que a equipe, ao final de sua análise, deve elaborar. O cuidado de restituir a ação em uma totalidade e em perspectiva pode ser lido nessa formalização e antecipação da referência ao “projeto”. A pesquisa da legalidade se traduz igualmente em uma outra consideração dos pais, constituída em público, com a instauração de reuniões abertas para que eles possam exprimir suas expectativas e suas percepções de intervenção.
- 36 Com o reagrupamento dos papéis profissionais decorrentes de lógicas de montagens da divisão do trabalho fundadas “em hierarquias exclusivamente profissionais”, P. Muller, *Les politiques publiques*, Paris, PUF, 1990, p. 18.
- 37 Max Weber, 1971, *Economie et société*, Paris, Plon.
- 38 J. Donzelot, *L'invention du social*, Paris, Seuil, 1994; J. Donzelot, C. Mével e A. Wyvekens, *Faire société*, Paris, Seuil, 2003; J. Donzelot, P. Estébe, *L'Etat animateur. Essai sur la politique de la ville*, Paris, Esprit, 1994; J. Donzelot, M.-C. Jaillot, «Fragmentation urbaine et zones défavorisées: le risque de désolidarisation», *Hommes et Migrations*, n° 1217, 1999.
- 39 Trata-se do período de reconstrução e melhoria das condições de vida (1945-1975).

Artigo traduzido por Cíntia Ávila de Carvalho, doutora em Ciências Sociais.

Revisão Técnica de Domingos Abreu, doutor em Sociologia.